



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



JOÃO PAULO SANTIAGO DE SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS EDUCATIVOS NA PREVENÇÃO DA
CRIMINALIDADE: UM ESTUDO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE
GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2024

JOÃO PAULO SANTIAGO DE SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS EDUCATIVOS NA PREVENÇÃO DA
CRIMINALIDADE: UM ESTUDO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE
GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Johnathan Tarley S. N. Rodrigues.

GOIÂNIA-GO

2024

A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS EDUCATIVOS NA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE: UM ESTUDO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

THE IMPORTANCE OF SOCIAL EDUCATIONAL PROJECTS IN THE PREVENTION OF CRIMINALITY: A STUDY AT THE GOIÁS MILITARY POLICE ACADEMY

João Paulo Santiago de Souza¹
Johnathan Tarley S. N. Rodrigues²

Resumo

A educação é fator essencial na prevenção da criminalidade, capacitando os indivíduos a tomar decisões informadas e adotar comportamentos pró-sociais. Ela oferece alternativas saudáveis para lidar com desafios da vida e reduz a vulnerabilidade ao envolvimento com o crime. Ao investir em educação de qualidade, é possível mitigar os fatores de risco associados à criminalidade e reduzir as disparidades socioeconômicas, contribuindo para a construção de sociedades mais justas e seguras. Nesse sentido, a presente pesquisa o objetivo geral desta pesquisa é investigar a percepção dos soldados em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás sobre a importância da educação na prevenção da criminalidade. Utilizou-se uma abordagem metodológica mista, combinando métodos bibliográficos e de campo na Academia de Polícia Militar de Goiás. A pesquisa envolveu 19 participantes e revelou uma forte concordância sobre o papel fundamental da educação na redução dos índices de criminalidade. Além disso, a maioria dos entrevistados expressou confiança na eficácia desses programas em contribuir para a segurança pública. Os resultados também destacaram desafios enfrentados pelos projetos, como a falta de recursos financeiros e o engajamento da comunidade. No entanto, a percepção geral foi positiva, com a maioria dos participantes relatando ter presenciado impactos positivos dessas iniciativas na vida dos jovens. Conclui-se que investir em projetos sociais/educativos voltados para a juventude pode ser uma estratégia eficaz na redução da criminalidade, desde que haja apoio governamental e comunitário adequado.

Palavras-chave: Educação; prevenção da criminalidade; segurança pública; projetos sociais.

Abstract

Education is an essential factor in preventing crime, empowering individuals to make informed decisions and adopt pro-social behaviors. It offers healthy alternatives to deal with life challenges and reduces vulnerability to involvement in crime. By investing in quality education, it is possible to mitigate risk factors associated with crime and reduce socio-economic disparities, contributing to the construction of fairer and safer societies. In this sense, the main objective of this research is to investigate the perception of cadets in training at the Military Police Academy of Goiás regarding the importance of education in crime prevention. A mixed-methodological approach was used, combining bibliographic and field methods at the Military Police Academy of Goiás. The study involved 19 participants and revealed strong agreement on the fundamental role of education in reducing crime rates. Additionally, the majority of respondents expressed confidence in the effectiveness of these programs in contributing to public safety. The results also highlighted challenges faced by the projects, such

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Email: Santiagojoapaulo92@gmail.com. Telefone: (62)99137-2485

² Orientador. Ten-Cel. Johnathan Tarley S. N. Rodrigues. Graduação em Direito, especialização em políticas públicas e mestre em Desenvolvimento regional. Email: tarleypmgo@gmail.com Telefone: (62)99671-3055

as lack of financial resources and community engagement. However, the overall perception was positive, with most participants reporting witnessing positive impacts of these initiatives on the lives of young people. It is concluded that investing in youth-focused social/educational projects can be an effective strategy in crime reduction, provided there is adequate government and community support.

Keywords: Education; crime prevention; public safety; social projects.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre educação e prevenção da criminalidade é um tema de grande relevância tanto na academia quanto na prática policial. A compreensão dos fatores que contribuem para a criminalidade e a busca por estratégias eficazes de prevenção são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes e para a formação adequada dos profissionais de segurança.

A criminalidade é um fenômeno complexo que envolve uma série de fatores socioeconômicos, culturais e individuais. Dentre esses fatores, a falta de oportunidades educacionais e o baixo nível de escolaridade têm sido consistentemente identificados como elementos que contribuem para a vulnerabilidade à criminalidade (Garrido, 2006). Portanto, compreender como a educação pode atuar como um fator de proteção e prevenção é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes de combate à criminalidade.

A educação pode desempenhar um papel significativo na formação de uma consciência crítica e cidadã entre os futuros agentes de segurança. Ao promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais, a educação pode capacitar os profissionais de segurança a entender melhor as raízes da criminalidade, a identificar padrões de comportamento suspeito e a tomar decisões mais éticas e eficazes no exercício de suas funções (Baccon, 2023).

A formação adequada dos profissionais de segurança pública não se limita apenas ao domínio de técnicas operacionais, mas também à internalização de valores éticos, respeito aos direitos humanos e compreensão dos contextos sociais em que atuam (Cruz, 2022). Ao reconhecer a educação como uma ferramenta essencial na prevenção da criminalidade, os policiais em formação podem desenvolver uma visão mais holística e proativa de sua função, percebendo-se não apenas como agentes reativos à violência, mas também como agentes de transformação social.

A formação dos profissionais de segurança pública desempenha um papel fundamental na abordagem da criminalidade. Os soldados em formação na Academia de

Polícia Militar de Goiás são futuros agentes da lei e têm a responsabilidade de proteger a sociedade e garantir a segurança pública. Portanto, é essencial que esses profissionais sejam adequadamente preparados para enfrentar os desafios complexos do cenário criminal contemporâneo.

O problema de pesquisa centraliza-se na investigação das percepções e opiniões dos indivíduos em relação à importância da educação na prevenção da criminalidade e à eficácia dos projetos sociais/educativos desenvolvidos pelas instituições de segurança. Especificamente, o problema de pesquisa pode ser delineado pela seguinte questão: Qual é a percepção dos participantes sobre a importância da educação na prevenção da criminalidade?

Nesse sentido, a presente pesquisa o objetivo geral desta pesquisa é investigar a percepção dos soldados em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás sobre a importância da educação na prevenção da criminalidade. Especificamente, pretende-se realizar uma análise aprofundada do entendimento desses soldados em formação sobre os fatores que contribuem para a criminalidade.

Por meio de uma abordagem mista, combinando métodos bibliográficos e de campo, esta pesquisa pretende contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes no campo da segurança pública, visando a redução dos índices de criminalidade e o aumento da segurança e bem-estar da população.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 FATORES INFLUENCIADORES NA CRIMINALIDADE

A quebra das normas em determinados grupos ou sociedades tem sido um catalisador de mudanças significativas ao longo da história. Um comportamento se torna criminoso quando viola os valores compartilhados por membros de um grupo social, sendo geralmente repudiado pela comunidade. Esse ato ofensivo à consciência coletiva pode acarretar em punições, refletindo a gravidade atribuída pela sociedade ao desrespeito às suas normas (Guedes; Anjos, 2018). A análise de Garrido (2006) sobre os fatores sociais de criminalidade destaca como essas normas sociais são fundamentais para a manutenção da ordem e coesão social.

Nesse contexto, a consciência coletiva exerce um papel determinante na definição do que é considerado aceitável ou reprovável. Baccon (2023) destaca como essas mudanças nas percepções culturais são influenciadas pelo contexto histórico e social. O crime, ao agitar

negativamente os sentimentos da sociedade, gera uma agitação que pode provocar emoções intensas e até mesmo reavaliações dos valores estabelecidos. Essa agitação é responsável por mudanças nas percepções culturais e nas relações sociais. A classificação de uma ação como criminosa ou não pode variar dentro de uma mesma sociedade, de acordo com as normas e valores vigentes em diferentes tempos e espaços.

É preocupante observar que, em algumas situações, o sistema de punição relacionado ao crime pode ser injusto ou excessivo. As punições aplicadas muitas vezes refletem reações passionais, buscando apenas a retribuição pelo ato transgressor, ao invés de focar na reabilitação do indivíduo. Salgado et al. (2021) argumentam que a educação pode desempenhar um papel fundamental na reabilitação de indivíduos envolvidos em atividades criminosas, oferecendo alternativas construtivas para reintegrá-los à sociedade.

O crime está presente em todas as sociedades, sendo uma manifestação do desrespeito às normas sociais estabelecidas. Ele tem o poder de levantar questões anteriormente negligenciadas e provocar debates sobre a ordem social. No entanto, crimes como assassinatos, roubos e estupros impõem um ônus incalculável às sociedades em que ocorrem, destacando a urgência de discutir estratégias de prevenção e redução da criminalidade (Beato Filho, 1999). Nesse sentido, políticas públicas, como destacado por Moraes, Chaves e Nascimento (2020), desempenham um papel crucial na criação de condições sociais que possam mitigar os fatores de risco associados à criminalidade.

Como apontado por Beato Filho (1999), essas condições socioeconômicas desfavoráveis contribuem para a perpetuação do ciclo vicioso da criminalidade. A situação econômica exerce uma influência significativa nos fenômenos da criminalidade, refletindo-se em políticas salariais arbitrárias, o fechamento de grandes indústrias devido a crises, a expansão do comércio informal, o desemprego e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, bem como o aumento disfarçado da inflação e especulação financeira, que reduzem o poder de compra da população (Garrido, 2006).

De acordo com Cerqueira (2018), o crime é um produto do sistema capitalista, cuja função é retirar do mercado de trabalho uma parcela excedente da população, contribuindo para reduzir a competição entre os trabalhadores e prevenir a queda dos salários abaixo de um mínimo aceitável. A delinquência, portanto, está intimamente ligada à estrutura econômica da sociedade, refletindo as flutuações econômicas e a distribuição desigual dos benefícios econômicos entre os diversos estratos sociais. Essa análise corrobora com os estudos de Cerqueira (2018), que ressaltam a importância de políticas públicas que visem a redução das desigualdades socioeconômicas como forma de prevenção da criminalidade.

Como apontado por Garrido (2006), a instabilidade econômica e a falta de oportunidades podem levar indivíduos à marginalização e à busca por meios ilegais de subsistência. A presença do instinto de dignidade, mantido em uma condição econômica estável, coexiste com a inevitável cobiça entre os seres humanos. Além disso, a situação de miséria dos trabalhadores não se limita apenas aos assalariados e seus ganhos reais, mas também abrange o que foi denominado de "tormento do trabalho", bem como as condições de vida dos crescentes contingentes de desempregados, cujos tormentos não advêm do trabalho na empresa capitalista, mas da falta dele.

Para Morais, Chaves e Nascimento (2020) os indivíduos rotulados como vadios ou vagabundos são, na verdade, produtos das sociedades desumanas em que vivem, muitos dos quais são pessoas com distúrbios mentais ou fisiológicos. Há também aqueles originários de famílias com problemas de alcoolismo, incapazes de manter um trabalho regular e que, frequentemente, se entregam à embriaguez, perdendo a noção de dignidade.

Conforme analisado por Beato Filho (1999), as condições sociais e econômicas adversas podem contribuir para a marginalização e para a propensão ao crime. Para Morais, Chaves e Nascimento (2020), a instabilidade e a falta de moradia podem contribuir para a vulnerabilidade social e para a inserção em atividades criminosas.

Na perspectiva de Guedes e Anjos (2018) a fome crônica, a desnutrição e a falta de acesso a uma alimentação adequada também desempenham um papel significativo na propensão ao crime, afetando não apenas a saúde física, mas também a saúde mental e emocional das pessoas. Além disso, o ambiente familiar, muitas vezes marcado por instabilidade, abandono e falta de cuidado parental, contribui para o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais em jovens e crianças, aumentando os índices de criminalidade e marginalização social. Conforme destacado por Salgado et al. (2021), as condições de vida e o contexto familiar podem influenciar significativamente o envolvimento em atividades criminosas.

Os altos índices demográficos, impulsionados pelas taxas de natalidade elevadas e pelo aumento do emprego, são essenciais para a estabilidade social. No entanto, durante períodos de crises econômicas, ocorre uma demissão em massa de trabalhadores devido ao fechamento de indústrias ou redução de pessoal, resultando em um excesso de mão de obra disponível (Morais; Chaves; Nascimento, 2020).

Como apontado por Araújo e Medina (2020), a instabilidade econômica pode criar um ambiente propício para o aumento da criminalidade. Quando a economia não consegue absorver essa demanda por trabalho, os investimentos diminuem, criando um ciclo de causa e

efeito que leva ao desemprego involuntário. Esse desemprego, por sua vez, desestabiliza a economia, contribuindo para a falta de segurança e paz social e favorecendo a prática de delitos.

Como destacado por Baccon (2023), a instabilidade econômica e política pode criar condições favoráveis para o aumento da criminalidade. Além do desemprego, o subemprego também está intimamente relacionado à criminalidade. Os baixos salários ou a insuficiência de renda resultam em instabilidade pessoal e socioeconômica, levando muitos indivíduos a se envolverem em atividades criminosas. A influência da organização política de um país também é importante, com regimes totalitários propiciando certos tipos de crimes políticos e incentivando a corrupção.

2.2 A EDUCAÇÃO COMO PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

Embora o crime seja um fenômeno social presente, é crucial para a sociedade buscar sua prevenção. O conceito de prevenção do crime abrange várias abordagens, cada uma com suas nuances e estratégias. Para alguns estudiosos, prevenir o crime significa dissuadir o delinquente de cometer o ato ilícito. Outros consideram que vai além disso, envolvendo a modificação do ambiente físico através de medidas como novos designs arquitetônicos e aumento da iluminação pública para dificultar a prática criminosa (Beato Filho, 1999).

Há também aqueles que entendem a prevenção como o impedimento da reincidência. A prevenção primária foca em investimentos na qualidade de serviços essenciais, como educação, emprego, segurança, moradia e cultura, visando evitar que o indivíduo se envolva em atividades criminosas desde o início. Já a prevenção secundária atua em áreas onde os crimes são mais frequentes, buscando evitar sua multiplicação através da repressão policial e de intervenções específicas (Araujo; Medina, 2020).

Por sua vez, Garrido (2006) aponta que a prevenção terciária ocorre após a ocorrência do crime, concentrando-se na reabilitação do infrator para evitar uma possível reincidência. O enfoque na reabilitação destaca a importância de compreender e lidar com as causas subjacentes ao comportamento criminoso, visando à reintegração social do indivíduo. No contexto educacional, a promoção da educação moral desempenha um papel fundamental. Ela visa ensinar aos educandos as normas sociais e desenvolver sua consciência moral, permitindo que internalizem valores e normas que os levem a agir de maneira ética e responsável.

Para Salgado et al. (2021) a educação moral pode se manifestar de duas formas: a moral heterônoma, baseada na coação e no respeito unilateral, e a moral autônoma,

fundamentada na cooperação e no respeito mútuo. A moral autônoma, ao permitir que os indivíduos absorvam e recriem as normas sociais a partir de suas próprias experiências, promove uma maior adesão às regras da sociedade e um comportamento mais ético.

Nesse sentido, para Morais, Chaves e Nascimento (2020), os métodos educacionais que enfatizam o autogoverno, nos quais as crianças são protagonistas de seu próprio aprendizado, têm potencial para desenvolver disciplina, solidariedade e responsabilidade. Esses métodos possibilitam que as crianças compreendam as relações e papéis sociais de forma mais significativa, contribuindo para sua formação moral e cívica.

A educação moral também deve enfatizar o cultivo de valores como bondade, verdade, responsabilidade e justiça, promovendo o desenvolvimento do caráter e da consciência ética dos indivíduos. Ao dar às crianças o poder de legislar, julgar e executar dentro da escola, esses métodos educacionais as capacitam a assumir responsabilidades e a participar ativamente na construção de um ambiente escolar baseado em princípios éticos e democráticos (Salgado et al., 2021).

É evidente que nem a autoridade do professor nem as melhores lições que ele possa oferecer sobre o assunto serão suficientes para determinar essas relações intensas, fundamentadas ao mesmo tempo na autonomia e na reciprocidade (Cerqueira, 2018). Somente a interação social entre os próprios alunos, ou seja, um autogoverno levado tão longe quanto possível e paralelo ao trabalho intelectual comum, poderá conduzir a esse duplo desenvolvimento de personalidades donas de si mesmas e de seu respeito mútuo (Baccon, 2023).

A educação moral autônoma visa a formação da criança nas questões sociais da sociedade em que ela vive, através do respeito mútuo, gerando como consequência a reciprocidade e formando assim indivíduos dispostos a cooperar para a evolução de sua sociedade, bem como para o aperfeiçoamento da humanidade. Portanto, é inegável que a educação moral, quando baseada na criação de um indivíduo de moral autônoma, prepara a criança para exercer sua cidadania, cumprindo com os acordos estabelecidos em sociedade que visam a evolução desta (Araújo; Medina, 2020).

Nesse sentido, compreende-se que a educação moral pode se tornar uma grande aliada na prevenção da criminalidade, pois, quando ensinada por meio de métodos ativos, possibilita ao educando compreender, absorver e buscar resolver as reais necessidades de seu grupo social. Isso diminui as chances de a criança praticar atos prejudiciais para si e para os outros membros de sua sociedade.

Conforme Araújo e Medina (2020), a educação, conforme entendida por Russell, é a formação, por meio da instrução, de certos hábitos mentais e de certa perspectiva em relação à vida e ao mundo. O ideal seria que todos, pais e educadores, se empenhassem em promover essa formação. No entanto, observa-se que a prevenção pela educação tem sido cada vez menos priorizada em nossa sociedade. Muitas vezes, os pais transferem para os professores a responsabilidade pela educação de seus filhos, criando um ciclo vicioso de negligência educacional.

Segundo Salgado et al. (2021), as relações de poder não têm um centro definido, e todos estão sujeitos a influências de poder. Assim, é responsabilidade de todos promover uma educação que forme cidadãos conscientes de seu papel na sociedade e capazes de contribuir para seu desenvolvimento. As políticas públicas de prevenção à criminalidade sempre enfatizam a importância da educação para afastar os cidadãos do crime e da violência, evidenciando a necessidade de investimento nessa área para construir uma sociedade mais justa e segura.

No Brasil, são desenvolvidos programas pelas Polícias de diversos Estados, incentivados pelas Secretarias de Defesa Social, pelo Ministério Público ou até mesmo pelas Prefeituras Municipais, com o objetivo de formar indivíduos e estimular sua consciência crítica como medida preventiva contra diversos tipos de crimes, abrangendo desde os ambientais até os contra o patrimônio ou a vida (Cruz, 2022).

Entre os programas preventivos implementados no país, destacam-se iniciativas como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), conduzido pela Polícia de cada Estado, e outros de alcance mais localizado. O PROERD, por exemplo, teve origem no projeto Drug Abuse Resistance Education (D.A.R.E), desenvolvido nos Estados Unidos e posteriormente adotado em várias nações, incluindo o Brasil (PMGO, 2019).

Em Goiás, um exemplo é o Projeto Guardiã Ambiental Mirim (PGAM), um projeto socioambiental concebido pelo Comando de Policiamento Ambiental-CPA. Esse programa visa atender crianças com idade entre 8 e 12 anos em várias regiões do estado, como Abadia de Goiás, São Simão, Rio Quente, Trindade, entre outras localidades (PMGO, 2019).

A educação é amplamente reconhecida como uma ferramenta eficaz para capacitar tanto individual quanto coletivamente. Ao oferecer acesso a conhecimentos e habilidades, ela capacita as pessoas a tomarem decisões informadas e a traçarem trajetórias de vida mais positivas. Estudos demonstram uma relação significativa entre níveis mais altos de educação e menores taxas de envolvimento em atividades criminosas, indicando que a educação pode ser um fator importante na proteção contra a delinquência (Cruz, 2022).

Para Araujo e Medina (2020) educação é vista como um agente de transformação social e cultural. Ao promover a reflexão crítica sobre valores éticos e sociais, ela fomenta o respeito pela lei, a valorização da diversidade e a adoção de comportamentos pró-sociais. Indivíduos com maior nível de educação tendem a ter uma compreensão mais ampla das consequências de suas ações e a adotar comportamentos socialmente responsáveis, o que contribui para a redução dos índices de criminalidade.

Outro aspecto apontado por Baccon (2023) é o impacto da educação na prevenção de comportamentos de risco e na promoção da saúde e bem-estar. Programas educacionais que abordam temas como prevenção ao uso de drogas, violência e bullying têm demonstrado eficácia na redução desses comportamentos entre os jovens, oferecendo alternativas saudáveis e construtivas para lidar com os desafios da vida. Investimentos em educação de qualidade em comunidades desfavorecidas têm o potencial de mitigar os fatores de risco associados à criminalidade, oferecendo oportunidades equitativas de desenvolvimento e crescimento para todos os membros da sociedade.

Assim, a educação emerge como um pilar fundamental na prevenção da criminalidade e na construção de sociedades mais justas e seguras. Ao priorizar investimentos em educação de qualidade e programas educacionais que promovam valores positivos e comportamentos pró-sociais, as comunidades podem criar um ambiente propício ao florescimento humano e ao fortalecimento do tecido social, contribuindo assim para a construção de um futuro mais promissor e harmonioso para todos.

3 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica abrangente, explorando estudos e teorias relevantes sobre educação, prevenção da criminalidade e formação de profissionais de segurança pública. Essa revisão serviu como base para o desenvolvimento do questionário, que foi projetado de forma a abordar os aspectos-chave relacionados à percepção dos soldados em formação sobre a importância da educação na prevenção da criminalidade.

A divulgação da pesquisa entre os participantes envolveu a explicação clara do propósito do estudo, dos procedimentos envolvidos e das garantias de anonimato e confidencialidade das respostas. Os participantes foram convidados a consentir voluntariamente em participar da pesquisa.

A aplicação do questionário ocorreu de forma online, utilizando a plataforma Google Forms, garantindo facilidade de acesso e preenchimento para os participantes. Durante o

período determinado para a coleta de dados, os participantes responderam às perguntas de forma voluntária. Posteriormente, os dados coletados foram compilados e analisados, utilizando métodos quantitativos e qualitativos, a fim de identificar padrões, tendências e insights relevantes.

A interpretação dos resultados foi realizada à luz dos objetivos propostos e da revisão bibliográfica realizada, permitindo uma compreensão mais profunda da percepção dos soldados em formação sobre a importância da educação na prevenção da criminalidade. Por fim, com base na análise dos dados e na interpretação dos resultados, foi elaborado um relatório final que apresentou as principais conclusões da pesquisa, discutiu suas implicações teóricas e práticas e, quando aplicável, propôs recomendações para aprimorar a formação dos profissionais de segurança pública.

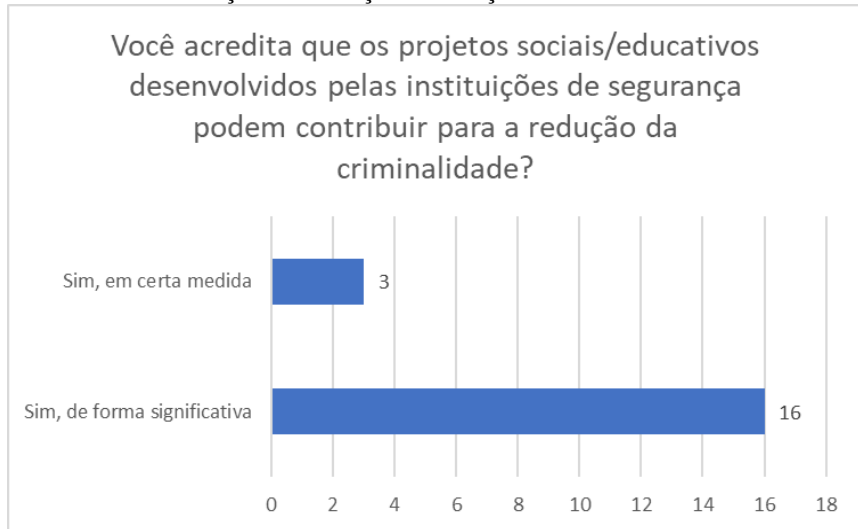
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa refletem as opiniões de 19 participantes que foram consultados sobre a importância da educação na prevenção da criminalidade e sobre a eficácia dos projetos sociais/educativos desenvolvidos pelas instituições de segurança nesse contexto.

Com base nos dados apresentados, observamos que a maioria das pessoas (19 em 19) considera a educação como sendo "muito importante" na prevenção da criminalidade. Ao afirmarem que a educação é "muito importante" nesse contexto, os participantes demonstram reconhecer o papel que a educação desempenha na formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Essa percepção está alinhada com os estudos de Araújo e Medina (2020), que destacam a influência positiva da educação moral/cidadã na prevenção da criminalidade, fornecendo aos indivíduos as ferramentas necessárias para agir de maneira ética e responsável.

Quanto à segunda pergunta, o gráfico 1 apresenta que a grande maioria dos entrevistados (16 em 19) acredita que os projetos sociais/educativos desenvolvidos pelas instituições de segurança podem contribuir para a redução da criminalidade "de forma significativa". Essa confiança reflete a percepção de que tais iniciativas têm o potencial de abordar questões relacionadas à segurança pública de maneira efetiva.

Gráfico 1: Contribuição da educação na redução da criminalidade

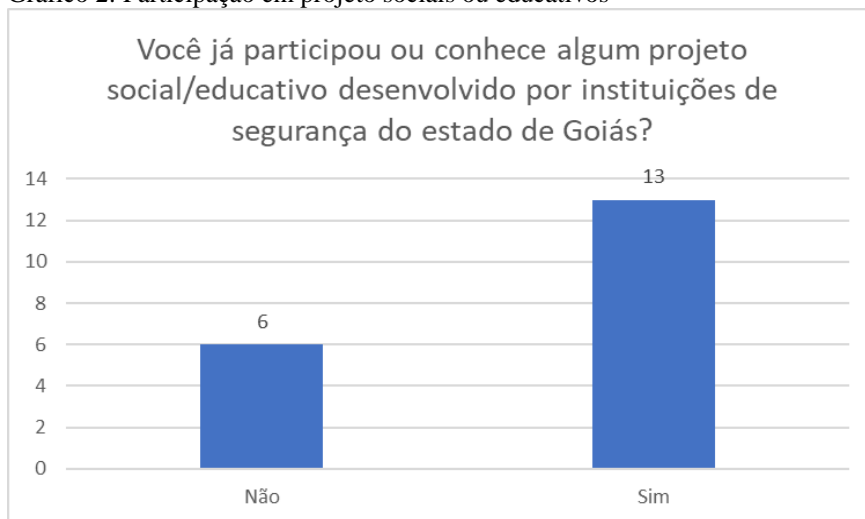


Fonte: O Autor (2024).

Essa conclusão está em linha com os estudos de Guedes e Anjos (2018), que destacam o impacto positivo de programas sociais como o PROERD e o Projeto Polícia Mirim na redução da criminalidade e no fortalecimento dos laços entre a comunidade e as instituições de segurança.

Os resultados apresentados no gráfico 2 revelam que a maioria dos participantes (13 de 19) já participou ou conhece algum projeto social/educativo desenvolvido por instituições de segurança do estado de Goiás. Essa proporção indica um nível significativo de familiaridade e envolvimento da comunidade com esses programas.

Gráfico 2: Participação em projeto sociais ou educativos



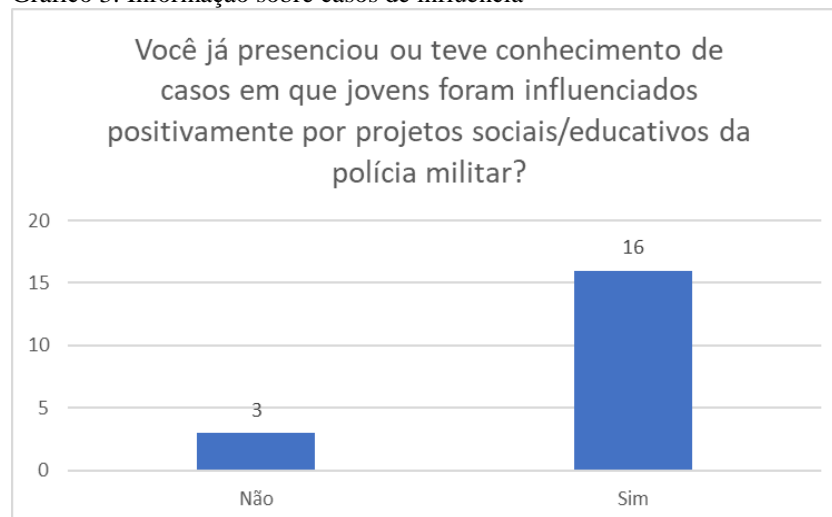
Fonte: O Autor (2024).

A constatação de que a maioria dos participantes já participou ou conhece projetos sociais/educativos desenvolvidos por instituições de segurança do estado de Goiás indica um

alto nível de familiaridade e envolvimento da comunidade com essas iniciativas. Isso sugere que esses programas são amplamente reconhecidos e acessados pela população, refletindo a eficácia das estratégias de divulgação e implementação adotadas pelas instituições de segurança. Essa familiaridade dos participantes com os programas sociais/educativos pode indicar uma aceitação e confiança na capacidade dessas ações de promover impactos positivos na comunidade, corroborando os achados de Morais et al. (2020) sobre o Programa Escola da Vida do Corpo de Bombeiros Militar do Pará.

Os dados obtidos no Gráfico 3 indicam que a grande maioria dos participantes (16 de 19) afirmou ter presenciado ou tido conhecimento de casos em que jovens foram influenciados positivamente por projetos sociais/educativos da polícia militar. Essa constatação ressalta a importância dessas iniciativas no fornecimento de oportunidades de desenvolvimento pessoal, educação cívica e engajamento comunitário para os jovens.

Gráfico 3: Informação sobre casos de influência



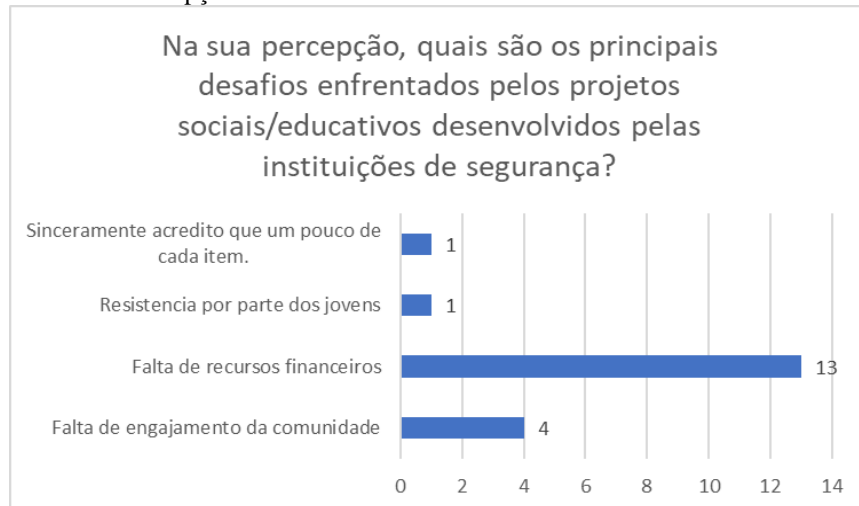
Fonte: O Autor (2024).

Como apontado por Beato Filho (1999), as políticas públicas de segurança podem se beneficiar da integração de programas educativos para promover a conscientização e o engajamento dos jovens na prevenção da criminalidade. Portanto, os resultados refletem a eficácia desses esforços na promoção do bem-estar e da integração social dos jovens, destacando a confiança depositada pela população nesses programas

Os dados do Gráfico 4 revelam uma variedade de desafios enfrentados pelos projetos sociais/educativos desenvolvidos pelas instituições de segurança, conforme percebidos pelos participantes da pesquisa. A falta de recursos financeiros é o desafio mais frequentemente citado, mencionado por 13 dos participantes. A falta de engajamento da comunidade é

apontada por 4 participantes como um desafio significativo. Outros desafios mencionados incluem a resistência por parte dos jovens, citada por apenas um participante, e a percepção de que múltiplos desafios estão presentes, conforme expresso por outro respondente.

Gráfico 4: Percepção sobre os desafios



Fonte: O Autor (2024).

Como observado por Cruz (2022), a falta de recursos financeiros pode representar uma barreira significativa para a eficácia das políticas de segurança pública, incluindo a implementação de programas educativos. Além disso, a falta de engajamento da comunidade pode indicar uma desconexão entre os projetos e as necessidades ou interesses locais, prejudicando sua relevância e eficácia.

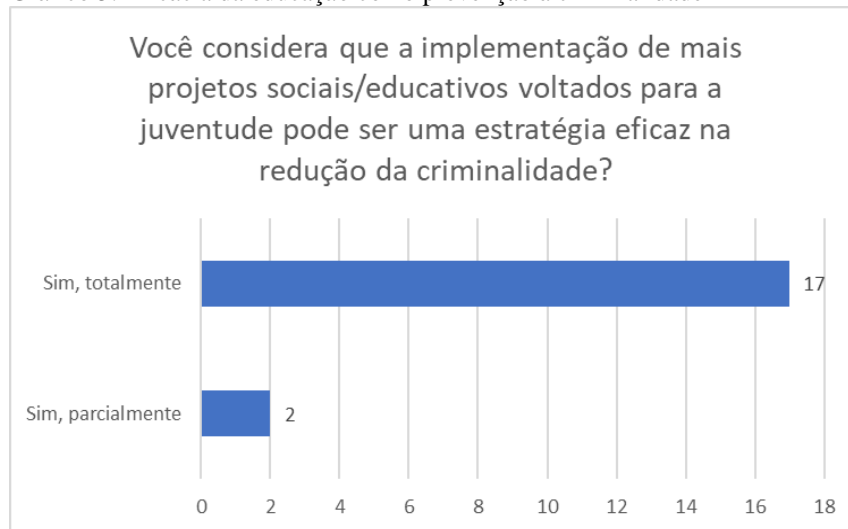
Esses desafios destacam a complexidade e a diversidade de questões envolvidas na implementação de programas sociais/educativos voltados para a prevenção da criminalidade. Como sugerido por Garrido (2006), a superação desses desafios requer uma abordagem abrangente e multifacetada, que envolva não apenas a polícia, mas também outros atores sociais e institucionais.

De acordo com Gráfico 5 os dados revelam uma forte crença na eficácia da implementação de mais projetos sociais/educativos voltados para a juventude como uma estratégia eficaz na redução da criminalidade. A maioria dos participantes, totalizando 17, expressou a opinião de que essa abordagem seria totalmente eficaz. Isso sugere um reconhecimento generalizado da importância dos programas sociais e educativos na prevenção e no combate à criminalidade entre os jovens.

Apenas dois participantes indicaram que essa estratégia seria eficaz apenas parcialmente. No entanto, a predominância esmagadora de respostas positivas indica um

consenso considerável entre os participantes de que investir em projetos sociais/educativos direcionados à juventude é uma abordagem valiosa e promissora na luta contra a criminalidade.

Gráfico 5: Eficácia da educação como prevenção à criminalidade



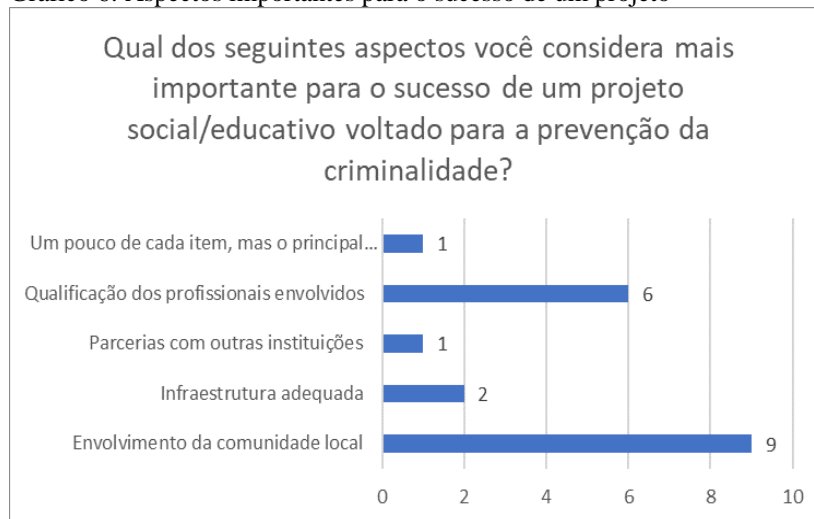
Fonte: O Autor (2024).

Como ressalta Salgado et al. (2021), a educação desempenha um papel crucial na influência e no estancamento da criminalidade entre os jovens, sendo vista como uma forma de promover valores positivos e comportamentos pró-sociais.

A importância do envolvimento da comunidade é destacada pelos resultados, com nove participantes indicando esse aspecto como o mais importante para o sucesso dos projetos sociais/educativos. De acordo com Guedes e Anjos (2018), as ações sociais da polícia militar, como o PROERD e o Projeto Polícia Mirim, são exemplos de iniciativas que envolvem ativamente a comunidade na prevenção da criminalidade. Como observado por Baccon (2023), o papel dos profissionais na execução desses programas é essencial para garantir sua eficácia e impacto positivo na vida dos jovens.

De acordo com o Gráfico 6, nove participantes indicaram que consideram esse aspecto como o mais importante. Seis participantes mencionaram a qualificação dos profissionais envolvidos como um fator vital para o sucesso do projeto. Enquanto isso, apenas dois participantes destacaram a infraestrutura adequada como um aspecto importante, e apenas um mencionou parcerias com outras instituições.

Gráfico 6: Aspectos importantes para o sucesso de um projeto



Fonte: O Autor (2024).

Conforme observado por Baccon (2023), o papel dos profissionais na execução desses programas é essencial para garantir sua eficácia e impacto positivo na vida dos jovens, enfatizando a necessidade de investimento em capacitação e desenvolvimento profissional dentro das instituições de segurança. Como sugerido por Beato Filho (1999), a colaboração entre diferentes entidades governamentais, organizações da sociedade civil e setor privado pode enriquecer os recursos disponíveis para os projetos sociais e ampliar seu alcance e impacto na comunidade.

Por fim, os dados revelam uma forte concordância entre os participantes em relação à inclusão de ações de conscientização sobre os riscos e consequências do envolvimento com o crime nos programas educativos oferecidos pelos projetos sociais/educativos. Todos os 19 participantes indicaram que consideram essa inclusão como essencial. Essa unanimidade sugere um reconhecimento generalizado da importância de abordar questões relacionadas à conscientização e prevenção do envolvimento com o crime desde cedo, por meio de programas educativos.

A educação é universalmente reconhecida como um dos principais pilares na prevenção da criminalidade. Os resultados da pesquisa refletem essa percepção, uma vez que todos os 19 participantes consideraram a educação como sendo "muito importante" nesse contexto. Essa conclusão está alinhada com o trabalho de Araújo e Medina (2020), que discutem a relevância da educação moral e cidadã na formação de indivíduos conscientes e responsáveis, capazes de contribuir para a redução dos índices de criminalidade.

Os resultados indicam uma confiança significativa na eficácia dos projetos sociais/educativos desenvolvidos pelas instituições de segurança na redução da criminalidade.

A maioria dos participantes acredita que esses programas podem contribuir "de forma significativa" para esse fim. Essa percepção reflete a importância das políticas públicas de segurança, conforme discutido por Beato Filho (1999), e reforça a necessidade de investimentos nessas iniciativas como parte integrante de estratégias mais abrangentes de prevenção à criminalidade.

Entretanto, os resultados também revelam desafios enfrentados pelos projetos sociais/educativos, como a falta de recursos financeiros e o baixo engajamento da comunidade. Esses desafios são consistentes com as discussões de autores como Cerqueira (2018) e Morais et al. (2020), que destacam as dificuldades enfrentadas pelas políticas públicas de prevenção à criminalidade, especialmente em termos de financiamento e mobilização social.

Diante desses resultados, fica claro que a pesquisa alcança seus objetivos ao fornecer uma visão abrangente da percepção dos participantes sobre a relação entre educação, projetos sociais/educativos e prevenção da criminalidade. As conclusões obtidas oferecem subsídios importantes para o planejamento e implementação de políticas e programas voltados para a segurança pública, destacando a necessidade de investimentos contínuos, engajamento da comunidade e uma abordagem integrada e colaborativa para lidar com esse desafio complexo.

5 CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos e nas análises realizadas, fica evidente que os projetos sociais/educativos desenvolvidos pelas instituições de segurança desempenham um papel crucial na prevenção da criminalidade e na promoção do bem-estar da comunidade. A ampla aceitação da importância da educação na redução dos índices de criminalidade, juntamente com a confiança na eficácia desses programas, reflete o reconhecimento da comunidade sobre o valor dessas iniciativas.

Os desafios identificados, como a falta de recursos financeiros, o engajamento da comunidade e a resistência por parte dos jovens, destacam a necessidade de um esforço conjunto para superar obstáculos e fortalecer esses projetos. A colaboração entre as instituições de segurança, o governo e a sociedade civil é essencial para enfrentar esses desafios e garantir que os programas sociais/educativos possam atingir todo o seu potencial na promoção da segurança pública.

Diante disso, é fundamental que as instituições de segurança, juntamente com outros órgãos governamentais e a sociedade civil, trabalhem em conjunto para superar esses desafios e fortalecer os programas sociais/educativos existentes. Isso pode ser alcançado por meio do

aumento do financiamento, do fortalecimento das parcerias comunitárias e do investimento na capacitação dos profissionais envolvidos.

Portanto, é fundamental investir em políticas públicas que apoiem e fortaleçam essas iniciativas, aumentando o financiamento, promovendo parcerias comunitárias e capacitando os profissionais envolvidos. Ao fazer isso, podemos construir comunidades mais seguras, resilientes e inclusivas, onde os jovens tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e educação cívica, contribuindo para a construção de um futuro mais promissor para todos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ráylla Barbosa; MEDINA, Patrícia. A Educação Moral/Cidadã Na Perspectiva Da Prevenção Da Criminalidade: Projeto Âncora. **REVISTA ESMAT**, v. 12, n. 20, p. 64-85, 2020.
- BACCON, Pâmela. O papel da educação no combate à criminalidade: algumas reflexões. **Com a Palavra, o Professor**, v. 8, n. 20, p. 56-73, 2023.
- BEATO FILHO, Cláudio C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, p. 13-27, 1999.
- CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. Criminalidade-prevenção começa pela educação. **Revista Lumen-ISSN: 2447-8717**, v. 3, n. 5, 2018.
- CRUZ, Raffael Piontkiewicz. Policiamento de proximidade: nova perspectiva para a formação policial militar a partir da política de educação em segurança pública. **Brazilian Journal of Development, Curitiba**, v. 8, n. 4, p. 27296-27314, 2022.
- GARRIDO, Adriana Cristina Oliver. Fatores sociais de criminalidade. **Minas Gerais: Atenas**, 2006.
- GUEDES, Aline Costa Pereira; ANJOS, Sidney Rodrigues dos. Ações sociais da Polícia Militar: PROERD e Projeto Polícia Mirim na Cidade de Uruaçu-GO. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 11, n. 1, 2018.
- IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2023**. [S. l.: s. n.], 2023.
- MORAIS, H. C. A.; CHAVES, A. B.; NASCIMENTO, R. G. Políticas públicas de prevenção à criminalidade: o Programa Escola da Vida do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 7, p. 47385–47399, 2020.
- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Projeto Guardiã Ambiental Mirim – PGAM**. [S. l.], 5 mar. 2019. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/pgam-2/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SALGADO, Maria De Jesus Costa et al. Educação E Criminalidade”: “A Educação Como Forma De Influência E Estancamento À Criminalidade Entre Jovens No Brasil. **Políticas Públicas, Educação E Diversidade: Uma Compreensão Científica Do Real-Volume 2**, v. 2, n. 1, p. 172-188, 2021.

APÊNDICE A - TCLE

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar na pesquisa de campo referente a pesquisa intitulada **IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE** pelo AL SD* João Paulo Santiago de Souza . Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Ten. -cel Johnathan Tarley S. N. Rodrigues a quem poderei contatar e consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (62)99671-3032 ou email tarleypmgo@gmail.com Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é demonstrar a importância da atividade física para o Policial Militar. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará por meio de respostas ao **QUESTIONÁRIO IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE** . O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e/ou seu orientador. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Concordo em participar

Não concordo em participar

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Na sua opinião, qual é a importância da educação na prevenção da criminalidade?

Muito importante

Importante

Neutra

Pouco importante

Você acredita que os projetos sociais/educativos desenvolvidos pelas instituições de segurança podem contribuir para a redução da criminalidade?

Sim, de forma significativa

Sim, em certa medida

Não, não contribuem

Não sei/não tenho opinião

Você já participou ou conhece algum projeto social/educativo desenvolvido por instituições de segurança do estado de Goiás?

Sim

Não

Você já presenciou ou teve conhecimento de casos em que jovens foram influenciados positivamente por projetos sociais/educativos da polícia militar?

Sim

Não

Não sei/não tenho opinião

Na sua percepção, quais são os principais desafios enfrentados pelos projetos sociais/educativos desenvolvidos pelas instituições de segurança?

Falta de recursos financeiros

Falta de engajamento da comunidade

Resistencia por parte dos jovens

Sinceramente acredito que um pouco de cada item.

Você acredita que a educação formal (escola) e a educação oferecida por projetos sociais/educativos têm papéis complementares na prevenção da criminalidade?

Sim

Não

Não sei/não tenho opinião

Você considera que a implementação de mais projetos sociais/educativos voltados para a juventude pode ser uma estratégia eficaz na redução da criminalidade?

Sim, totalmente

Sim, parcialmente

Não, não está relacionada

Não sei/ não tenho opinião

Qual dos seguintes aspectos você considera mais importante para o sucesso de um projeto social/educativo voltado para a prevenção da criminalidade?

Envolvimento da comunidade local

Qualificação dos profissionais envolvidos

Infraestrutura adequada

Parcerias com outras instituições

Um pouco de cada item, mas o principal está envolvido com a comunidade local.

Você acredita que ações de conscientização sobre os riscos e consequências do envolvimento com o crime devem fazer parte dos programas educativos oferecidos pelos projetos sociais/educativos?

Sim, é essencial

Sim, mas não é prioritário

Não, não é necessário

Não sei/não tenho opinião